

Tribunal considera contestação ao concurso dos navios elétricos “improcedente”, considera ministro do Ambiente

28 de Janeiro, 2021

João Pedro Matos Fernandes, ministro do Ambiente e da Ação Climática, disse que o tribunal considerou a contestação ao concurso para aquisição de 10 navios elétricos para a Transtejo “completamente improcedente” e que acredita que o contrato será assinado em breve, pode ler-se no site da Lusa.

“Chegou hoje a decisão do tribunal a dizer que a contestação que foi feita ao concurso é completamente improcedente e, por isso mesmo, acredito que, se não for esta semana, no início da próxima semana vamos conseguir assinar o contrato para aquisição dos navios elétricos”, disse o ministro do Ambiente e da Ação Climática, que foi ouvido, esta quarta-feira, pela comissão parlamentar de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, na Assembleia da República.

Segundo a Lusa, o governante lamentou que se tenha esperado dois meses por uma decisão “que podia ter sido tomada em 10 dias” e defendeu, mais uma vez, que é “inevitável” rever o código da contratação pública e do procedimento dos superiores tribunais administrativos. “Eu não me conformo com esta regra – que está na lei e, portanto, os senhores juízes aplicam e bem – de, porque há alguém que protesta, suspende-se imediatamente o procedimento”, acrescentou Matos Fernandes.

O governante respondia a uma pergunta do deputado Emídio Guerreiro, do Partido Social Democrata (PSD), sobre a taxa de execução de 45% do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR), abaixo da taxa de compromisso de 97%, no final do ano passado.

Segundo o ministro do Ambiente, a taxa de execução baixa “tem tudo a ver com o eixo comum [do POSEUR], isto é o eixo da mobilidade e as obras do metro do Porto e de Lisboa”, alvo de um “rosário de contestações”.

Em meados de outubro, a Transtejo tinha adjudicado ao estaleiro espanhol Astilleros Gondán, S.A. a aquisição de 10 navios totalmente elétricos, a partir de 2022, para as ligações entre Lisboa e a margem sul do Tejo. Para a empresa de transporte fluvial, trata-se de um investimento “numa frota de navios ambientalmente sustentável, dotada de um sistema de propulsão 100% elétrico, com consumos energéticos inferiores aos dos navios atuais e sem emissões de GEE (em 2019, o consumo de gásóleo foi de cerca de 5,249 milhões de litros, correspondente à emissão de 13.122 toneladas de CO2)”, indo ao encontro das políticas para a descarbonização.

Em 8 de outubro, o ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, que tutela os

transportes urbanos, sublinhou o transporte de “19 milhões de passageiros por ano movidos exclusivamente a eletricidade”, o que constitui “a maior operação do mundo” deste género.

A adjudicação foi feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta três fatores-chave de avaliação: valia técnica dos navios (peso de 45%), preço de aquisição (40%) e o prazo de entrega (15%).

No entanto, a 23 de dezembro, os Estaleiros de Peniche impugnaram o concurso da Transtejo relativo à compra de navios elétricos para as ligações entre Lisboa e a margem sul, considerando a solução vencedora ambiental e economicamente mais prejudicial e com riscos de acidente elétrico.

A Transtejo assegura as ligações fluviais a Lisboa a partir de Seixal, Montijo, Cacilhas e Trafaria/Porto Brandão.